

Ventos de Santo
Antônio
Comercializadora de
Energia S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de
2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santo Antônio Energias Renováveis S.A
Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de Santo Antônio Energias Renováveis S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos de Santo Antônio Energias Renováveis S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
Caixa e equivalentes de caixa	4	263	351	6	131	Fornecedores	8	31.857	278	-	-
Aplicações financeiras	5	12.452	-	12.452	-	Partes relacionadas - outras contas a pagar	13	-	54	-	46
Partes relacionadas - outros créditos	13	433.766	106	433.744	-	Obrigações fiscais		582	22	9	2
Despesas antecipadas		1.678	96	-	69	Imposto de renda e contribuição social		83	-	83	-
Outros créditos		217	-	211	-	Obrigações trabalhistas		400	-	-	-
						Outras contas a pagar		-	8	-	-
						Obrigações com arrendamentos	6	129	-	-	-
Total do Ativo Circulante		448.376	553	446.413	200	Total do Passivo Circulante		33.051	362	92	48
Despesas antecipadas		4.335	108	-	82	Obrigações com arrendamentos	6	198	-	-	-
Realizável a longo prazo		4.335	108	-	82	Total do Passivo Não circulante		198	-	-	-
Investimento	7	-	-	416.213	1.102	Patrimônio líquido	9				
Imobilizado	6	443.580	2.004	508	967	Capital social		865.955	4.082	865.955	4.082
						Adiantamento para futuro aumento de capital		-	432	-	432
						Prejuízos acumulados		(2.913)	(2.211)	(2.913)	(2.211)
						Total do Patrimônio Líquido		863.042	2.303	863.042	2.303
Total do Ativo Não Circulante		447.915	2.112	416.721	2.151	Total do Passivo		33.249	362	92	48
Total do Ativo		896.291	2.665	863.134	2.351	Total do Passivo e Patrimônio líquido		896.291	2.665	863.134	2.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais ou administrativas	10	(2.191)	(972)	(188)	(694)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	<u>125</u>	<u>(70)</u>	<u>-</u>	<u>(70)</u>
Despesas operacionais		(2.066)	(1.042)	(188)	(764)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		(2.066)	(1.042)	(188)	(764)
Receitas financeiras	11	1.959	-	1.920	-
Despesas financeiras	11	<u>(33)</u>	<u>(73)</u>	<u>(6)</u>	<u>(62)</u>
Resultado financeiro		1.926	(73)	1.914	(62)
Resultado de equivalência patrimonial	7	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.866)</u>	<u>(289)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(140)	(1.115)	(140)	(1.115)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	<u>(562)</u>	<u>-</u>	<u>(562)</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(702)</u>	<u>(1.115)</u>	<u>(702)</u>	<u>(1.115)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	<u>(702)</u>	<u>(1.115)</u>	<u>(702)</u>	<u>(1.115)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(702)</u>	<u>(1.115)</u>	<u>(702)</u>	<u>(1.115)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social			Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Capital integralizado	Capital a integralizar	Capital social			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.465	(218)	2.247	-	(1.096)	1.151
Capital subscrito	9	1.924	(1.924)	-	-	-	-
Capital integralizado	9	-	2.142	2.142	-	-	2.142
Redução de capital		(307)	-	(307)	-	-	(307)
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	-	-	432	-	432
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.115)	(1.115)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		4.082	-	4.082	432	(2.211)	2.303
Integralização de capital	9	427.716	-	427.716	-	-	427.716
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	9	432	-	432	(432)	-	-
Capital a integralizar	9	-	433.725	433.725	-	-	433.725
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(702)	(702)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		432.230	433.725	865.955	-	(2.913)	863.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo exercício		(702)	(1.115)	(702)	(1.115)
Ajustes para:					
Depreciação	10	75	65	5	65
Amortização de despesas antecipadas		18	-	(18)	-
Equivalência patrimonial	7	-	-	1.866	289
Rendimento de aplicações	5	(1.920)	-	(1.920)	-
Resultado da baixa de imobilizado	6	460	135	454	135
Perda em aquisição de controladas	12	-	70	-	70
Imposto de renda e contribuição social	15	562	-	562	-
Resultado da baixa de Arrendamento	6	(40)	-	-	-
		(1.547)	(845)	247	(556)
Variações nos ativos e passivos					
Despesas antecipadas		(5.827)	(114)	169	(150)
Outros créditos		(217)	-	(211)	-
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		11	(52)	(65)	46
Fornecedores		31.579	(99)	-	(26)
Obrigações trabalhistas		626	-	-	-
Obrigações fiscais		333	17	4	-
Outras contas a pagar		15	8	-	-
		24.973	(1.085)	144	(686)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais					
Impostos pagos sobre o lucro		(252)	-	(250)	-
		24.721	(1.085)	(106)	(686)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais					
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	5	(486.417)	-	(486.417)	-
Resgates de aplicações financeiras	5	475.659	-	475.659	-
Aumento de capital em empresas investidas	7	-	-	(416.977)	(1.400)
Aquisição de investimento	7	-	(216)	-	(287)
Aquisição de imobilizado	6	(441.558)	(950)	-	(89)
		(452.316)	(1.166)	(427.735)	(1.776)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento					
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Capital integralizado	9	427.716	2.142	427.716	2.142
Arrendamentos pagos	6	(209)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	432	-	432
		427.507	2.574	427.716	2.574
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento					
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa					
		(88)	323	(125)	112
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	351	28	131	19
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	263	351	6	131
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa					
		(88)	323	(125)	112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de Santo Antônio Comercializadora de Energia S.A. (“Companhia”), com sede em Fortaleza, Estado do Ceará, foi constituída em 30 de novembro de 2011 e tem como objeto social participar como acionista do capital social de outras sociedades que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia renovável, e a comercialização de energia elétrica gerada no mercado de livre negociação (*trading*).

Suas controladas tem por objeto social: (i) o desenvolvimento, implantação, administração e operação dos parques eólicos denominados EOL Ventos de Santo Antônio 04 a 08 e EOL Ventos de Santa Luzia 14 a 16; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir dos parques eólicos denominados EOL Ventos de Santo Antônio 04 a 08 e EOL Ventos de Santa Luzia 14 a 16; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

Até o presente momento a Companhia e suas controladas encontram-se em fase pré-operacional, com previsão para o início do comissionamento dos aerogeradores do empreendimento a partir de janeiro de 2025.

1.1 Eventos societários relevantes que ocorreram no exercício

Em 27 de março de 2023, o acionista Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Salus”) integralizou R\$ 161.370 na Companhia, correspondente a 55% do capital integralizado na mesma data para fazer jus a pagamentos junto à Vestas para início da construção do complexo eólico Babilônia Centro.

Em 17 de abril de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 295.148 por meio da emissão de 295.148.000 novas ações ordinárias, sendo R\$ 162.331 pelo acionista FIP Salus e R\$ 132.817 pelo acionista CDV Holding S.A., plenamente integralizado nesta data em moeda corrente.

Em 05 de maio de 2023, a CDV Holding S.A. (“CDV”) e o FIP Salus assinaram um acordo com a ArcelorMittal Brasil S.A (“AMB”) constituindo uma *joint venture* através da Companhia. Como resultado desta transação, o quadro acionário passou a ser detido por 55% e 45% pela AMB e CDV, assim respectivamente, e ambas as partes compartilham o controle conjunto das operações do complexo eólico Babilônia Centro.

Em 05 de maio de 2023, de acordo com a Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi subscrito o montante de R\$ 566.725 a título de aumento de capital, mediante a emissão de 42.504.407 novas ações ordinárias de classe A, 240.858.306 novas ações ordinárias de classe B e 283.362.713 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, subscritas pelos acionistas CDV e AMB, na proporção do capital social detido por cada acionista da Companhia.

Como resultado dos eventos societários relevantes que ocorreram no exercício, em 31 de dezembro a AMB e a CDV possuem 476.275.444 e 389.679.909 ações ordinárias e preferenciais, assim respectivamente, totalizando o volume de 865.955.353 ações subscritas e integralizadas pelos acionistas.

1.2 Eventos operacionais relevantes que ocorreram no exercício

Em 05 de maio de 2023 a Companhia celebrou contratos de longo prazo de compra e venda de energia com a AMB, acionista majoritário, e suas controladas. Os contratos preveem a venda de energia à AMB durante os anos de 2026 a 2045, assim como a compra de energia dos parques durante os anos de 2025 a 2045. A energia vendida para a AMB será fornecida substancialmente com a produção a ser gerada pelo complexo eólico Babilônia Centro, mas não a sua totalidade, sendo o excedente comercializado com clientes no mercado livre de energia.

Em 28 de dezembro de 2023 a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), mediante abertura de crédito no montante de R\$ 3.161.484, subdividido em 02 subcréditos, sendo: i) subcrédito “A” no montante de R\$ 271.484 e ii) subcrédito “B” no montante de R\$ 2.890.000, a serem parceladamente creditados na Companhia durante o ano de 2024, mediante o cumprimento das condições de liberação dispostas no contrato, em função das necessidades para a implantação do complexo eólico Babilônia Centro, que é o objeto para a contratação do referido financiamento. Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA, (ii) pela taxa de juros prefixada de 5,56% a.a e (iii) pelo spread do BNDES de 1,65% a.a. O período total de pagamento é de 234 meses, com carência de 27 meses.

1.3 Descrição do projeto controlado pela Companhia

Projeto Babilônia Centro (“BBC”)

O projeto encontra-se contempla a implantação e operação de oito parques eólicos, com capacidade instalada de 553,5 MW (123 aerogeradores modelo Vestas V150 4.5) e está localizado no estado da Bahia, nos municípios de Várzea Nova e Morro do Chapéu. Em outubro de 2023 as controladas iniciaram a fase de construção dos parques eólicos, com previsão para início do comissionamento dos aerogeradores em janeiro de 2025.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 18 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

A Companhia e suas controladas não possuem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações de resultado das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listada a seguir:

Projeto	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% de participação no Capital Social	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Babilônia Centro							
Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A.	Maracanaú – CE	18/03/2021	Em fase pré-operacional	Controle direto	Controle direto	100,00%	100,00%
Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A.	Maracanaú – CE	18/03/2021	Em fase pré-operacional	Controle direto	Controle direto	100,00%	100,00%
Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A.	Maracanaú – CE	18/03/2021	Em fase pré-operacional	Controle direto	Controle direto	100,00%	100,00%
Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A.	Maracanaú – CE	18/03/2021	Em fase pré-operacional	Controle direto	Controle direto	100,00%	100,00%
Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A.	Maracanaú – CE	18/03/2021	Em fase pré-operacional	Controle direto	Controle direto	100,00%	100,00%
Ventos de São Roberto Energias Renováveis S.A.	Maracanaú – CE	15/03/2021	Em fase pré-operacional	Controle direto	Controle direto	100,00%	100,00%
Ventos de São Julião Energias Renováveis S.A.	Maracanaú – CE	15/03/2021	Em fase pré-operacional	Controle direto	Controle direto	100,00%	100,00%
Ventos de São Raimundo Energias Renováveis S.A.	Maracanaú – CE	15/03/2021	Em fase pré-operacional	Controle direto	Controle direto	100,00%	100,00%

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem, nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e partes relacionadas – outros créditos.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, outras contas a pagar, partes relacionadas – outras contas a pagar e obrigações com arrendamentos.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas não identificaram quaisquer indícios de “*impairment*” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas são determinadas por consultoria especializada durante o processo de unitização dos ativos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Arrendamento

A Administração da Companhia e suas controladas avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2019, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a reapresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma.

Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 8,81% ao ano (7,84% ao ano em 31 de dezembro de 2022).

Anualmente a Administração da Companhia e suas controladas reavalia a taxa de desconto a ser aplicada no reconhecimento de novos contratos.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data do reconhecimento do contrato até o início da fase operacional, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual e

- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso na rubrica de "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "obrigações com arrendamentos" no balanço patrimonial.

2.11 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas não possuem diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar, conforme nota 15. Suas controladas, em fase pré-operacional, optantes ao regime tributário lucro presumido, não apresentaram imposto de renda e contribuição social a pagar.

2.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26):** as alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possui operações desta natureza.
- (b) **Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40):** as alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possui operações desta natureza.
- (c) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
 - Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
 - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia e suas controladas mantêm contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia e suas controladas aplicam a maior parte do caixa disponível.

A Administração da Companhia estabelece um montante mínimo em posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada empresa se encontra. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da Companhia estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso excedente deve ser, sempre que possível, aplicado em Fundos de Investimentos, conforme diretrizes da política de tesouraria.

Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas restringem a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia e de suas controladas, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia e suas controladas não possuem em 31 de dezembro de 2023 e 2022 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade (Consolidado)

Descrição	Saldo 31/12/2023	Risco	Cenário	Cenário
			25%	50%
Saldo de fundos de investimentos	11.149	Baixa do CDI	10.828	10.523
Efeito no resultado	1.192		871	566
Aplicações financeiras	1.303	Baixa do CDI	1.054	860
Efeito no resultado	728		479	285

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	-	18	-	-
Bancos conta movimento	263	333	6	131
Total	263	351	6	131

5 Aplicações financeiras (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2023
Aplicações financeiras (a)	1.303
Aplicações financeiras – fundos de investimentos (b)	11.149
Aplicações financeiras vinculadas – Conta Reserva Serviço da Dívida (BNDES) (c)	-
Total	12.452
Ativo circulante	12.452

- (a) A Companhia mantém suas aplicações financeiras em caixa e equivalentes preferencialmente em fundos contratados para esse fim, com baixo risco de crédito, vencimento inferior a 30 dias e remuneração com taxas entre 80% e 107% do CDI.
- (b) A Companhia possui aplicações alocadas em fundo de investimentos, sem prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade até 31 de dezembro de 2023 foi de 13,32% a.a. Classifica-se os respectivos montantes em aplicações financeiras o que se refere a saldos comprometidos exclusivamente ao investimento nas controladas, para liquidação de compromissos com fornecedores de obras, financiando a construção dos parques eólicos. A Companhia não é controladora do fundo de investimento, porém a CDV Holding S.A. e suas controladas possuem 100% de participação no fundo.
- (c) As aplicações financeiras de longo prazo serão mantidas no Banco Citibank Brasil S.A. em conta de fundo de liquidez. De acordo com contrato de financiamento com o BNDES, celebrado em 28 de dezembro de 2023, a Companhia deve retratar nestas demonstrações financeiras o recurso existente nas contas de reservas de Serviço da Dívida, mesmo que ainda não haja saldo constituído em 31 de dezembro de 2023. Tais recursos, quando constituídos, serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao contrato de financiamento.

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2023
Saldo inicial	-
Rendimento de aplicações financeiras	1.920
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(226)
Aplicações financeiras	486.417
Resgate de aplicações financeiras	(475.659)
Saldo final	12.452

6 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação e Amortização acumuladas		
				31/12/2023	31/12/2022
Ativo de direito de uso de terras	2,94 a 8,33%	553	(201)	352	-
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	-	-	-	1.086
Torres anemométricas	10,00%	-	-	-	411
Veículos	20,00%	684	(75)	609	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,00%	2	-	2	2
Imobilizado em andamento	-	442.617	-	442.617	505
Total		443.856	(276)	443.580	2.004

b. Movimentação do imobilizado

Descrição						31/12/2023
	31/12/2022	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação e Amortização	
Ativo de direito de uso de terras	-	908	-	(355)	(201)	352
Máquinas e equipamentos	1.086	-	(1.037)	(49)	-	-
Torres anemométricas	411	-	-	(411)	-	-
Veículos	-	491	193	-	(75)	609
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2	-	-	-	-	2
Imobilizado em andamento	505	86.536	355.576	-	-	442.617
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	354.531	(354.531)	-	-	-
Capitalização operações de arrendamento	-	201	(201)	-	-	-
Total	2.004	442.667	-	(815)	(276)	443.580

Ventos de Santo Antônio
Comercializadora de Energia S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2023

Descrição	31/12/2021	Adições por aquisição	Adições	Baixas	Depreciação e Amortização	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	37	176	878	-	(5)	1.086
Torres anemométricas	606	-	-	(135)	(60)	411
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2	-	-	-	-	2
Imobilizado em andamento	433	-	72	-	-	505
Total	1.078	176	950	(135)	(65)	2.004

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui valor em adição no montante de R\$ 1.109 que não teve efeito caixa, referente a reconhecimento de ativo de direito de uso da terra e capitalização de operações de arrendamento.

c. Arrendamento mercantil (Consolidado)

Ativo de direito de uso

Descrição	31/12/2023
Saldos iniciais	-
Adição	908
Amortização	(201)
Baixas	(355)
Saldos finais	<u><u>352</u></u>

Obrigações com arrendamentos

Descrição	31/12/2023
Saldos iniciais	-
Arrendamentos pagos	(209)
Baixas	(395)
Juros sobre arrendamentos	23
Adição	908
Saldos finais	<u><u>327</u></u>
Circulante	129
Não circulante	198

7 Investimentos (Controladora)

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ventos de São Julião Energias Renováveis S.A.	53.631	88
Ventos de São Raimundo Energias Renováveis S.A.	52.644	89
Ventos de São Roberto Energias Renováveis S.A.	58.270	89
Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A.	49.496	32
Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A.	49.306	32
Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A.	52.324	708
Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A.	53.837	33
Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A.	46.705	31
Total	<u><u>416.213</u></u>	<u><u>1.102</u></u>

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2022	Equivalência Patrimonial	Aumento de capital	31/12/2023
Ventos de São Julião Energias Renováveis S.A.	88	(249)	53.792	53.631
Ventos de São Raimundo Energias Renováveis S.A.	89	(248)	52.803	52.644
Ventos de São Roberto Energias Renováveis S.A.	89	(247)	58.428	58.270
Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A.	32	(254)	49.719	49.496
Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A.	32	(254)	49.529	49.306
Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A.	708	(106)	51.721	52.324
Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A.	33	(254)	54.057	53.837
Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A.	31	(254)	46.928	46.705
Total	1.102	(1.866)	416.977	416.213

Descrição	31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Aumento de capital	Aquisição de investimento	Perda de participação em controlada	31/12/2022
Ventos de São Galdino Energias Renováveis S.A.	13	(11)	305	-	(307)	-
Ventos de São Julião Energias Renováveis S.A.	-	(4)	29	63	-	88
Ventos de São Raimundo Energias Renováveis S.A.	-	(4)	30	63	-	89
Ventos de São Roberto Energias Renováveis S.A.	-	(1)	-	90	-	89
Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A.	14	(25)	42	-	-	32
Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A.	14	(26)	43	-	-	32
Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A.	14	(167)	862	-	-	708
Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A.	14	(26)	46	-	-	33
Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A.	13	(25)	43	-	-	31
Total	82	(289)	1.400	216	(307)	1.102

c. Saldos das controladas

Descrição	% Participação na data de aquisição	Patrimônio líquido			Resultado do ano de 2023
		Ativo	Passivo		
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	
Ventos de São Julião Energias Renováveis S.A.	100,00%	56.908	3.277	53.631	(249)
Ventos de São Raimundo Energias Renováveis S.A.	100,00%	54.598	1.954	52.644	(248)
Ventos de São Roberto Energias Renováveis S.A.	100,00%	66.769	8.499	58.270	(247)
Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A.	100,00%	50.913	1.417	49.496	(254)
Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A.	100,00%	51.124	1.818	49.306	(254)
Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A.	100,00%	62.460	10.136	52.324	(106)
Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A.	100,00%	58.473	4.636	53.837	(254)
Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A.	100,00%	48.127	1.422	46.705	(254)
Total		449.372	33.159	416.213	(1.866)

Ventos de Santo Antônio
Comercializadora de Energia S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2023

Descrição	% Participação na data de aquisição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do ano de 2022	Patrimônio líquido na data de aquisição	Resultado do período na data de aquisição até 31 de dezembro de 2022
		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022			
Ventos de São Julião Energias Renováveis S.A.	100,00%	98	10	88	(23)	63	(4)
Ventos de São Raimundo Energias Renováveis S.A.	100,00%	91	2	89	(23)	63	(4)
Ventos de São Roberto Energias Renováveis S.A.	100,00%	92	2	89	(23)	90	(1)
Ventos de Santa Felicidade Energias Renováveis S.A.	100,00%	35	3	32	(25)	-	-
Ventos de Santa Ana Energias Renováveis S.A.	100,00%	35	3	32	(26)	-	-
Ventos de Santa Sabina Energias Renováveis S.A.	100,00%	1.009	301	708	(166)	-	-
Ventos de Santa Irene Energias Renováveis S.A.	100,00%	36	3	33	(26)	-	-
Ventos de Santa Rufina Energias Renováveis S.A.	100,00%	34	3	31	(25)	-	-
Total		1.430	327	1.102	(337)	216	(9)

8 Fornecedores

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de obras e serviços	31.792	-
Fornecedores diversos	65	278
Total	31.857	278

9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 865.955 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.082 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 865.955.353 ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2023			31/12/2022		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Acionistas						
CDV Holding S.A.	45%	389.680	389.679.909	45%	2.245	2.244.960
FIP Salus (nota 1.1)	-	-	-	55%	1.837	1.836.967
ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 1.1)	55%	476.275	476.275.444	-	-	-
Total	100%	865.955	865.955.353	100%	4.082	4.081.927

Aumento de capital

Em 17 de abril de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 295.148 por meio da emissão de 295.148.000 novas ações ordinárias, sendo R\$ 162.331 pelo acionista FIP Salus e R\$ 132.817 pelo acionista CDV Holding S.A., plenamente integralizado nesta data em moeda corrente.

Em 05 de maio de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 566.725, por meio da emissão de 42.504.407 novas ações ordinárias classe A, 240.858.306 novas ações ordinárias classe B e 283.362.713 novas ações preferenciais, sendo R\$ 132.568 integralizado em moeda corrente no decorrer do ano de 2023 na proporção de cada acionista, R\$ 432 integralizado com créditos decorrentes dos adiantamentos para futuro aumento de capital de 31 de dezembro de 2022 e R\$ 433.725 mediante constituição de créditos a integralizar com acionistas (nota 13), conforme tabela resumo abaixo:

Acionista	Aumento de capital	Integralizações de capital	Capital a integralizar
CDV Holding S.A.	255.026	59.850	195.176
ArcelorMittal Brasil S.A.	311.699	73.150	238.549
Total	566.725	133.000	433.725

10 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços - pessoa jurídica (nota 13) (a)	(1.958)	(55)	(77)	(58)
Tributos e contribuições	(112)	(13)	(74)	(2)
Despesas com escritórios	-	(137)	-	-
Compartilhamento de despesa (nota 13)	-	(466)	-	(417)
Despesas legais	(16)	(13)	(2)	(9)
Taxa de manutenção com órgão regulador	(11)	(84)	(11)	(24)
Depreciação	(75)	(65)	(5)	(65)
Despesas com propriedades	(1)	(55)	(1)	(55)
Seguros	(18)	(84)	(18)	(64)
Total	(2.191)	(972)	(188)	(694)

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2023, R\$ 1.926 e R\$ 70 se referem a pagamentos de consultoria à CDV Holding S.A., conforme citado na nota 13(a), consolidado e controladora, assim respectivamente. Esses gastos aumentaram no período decorrente da evolução do processo de construção do empreendimento.

11 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Rendimento sobre as aplicações financeiras	1.920	-	1.920	-
Outras receitas financeiras	39	-	-	-
Subtotal	1.959	-	1.920	-
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(33)	(14)	-	(3)
Garantia de fiel cumprimento	-	(59)	-	(59)
Subtotal	(33)	(73)	(6)	(62)
Total	1.926	(73)	1.914	(62)

12 Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de despesas	133	-	-	-
Outras despesas operacionais	(8)	-	-	-
Perda em aquisição de controladas	-	(70)	-	(70)
Total	125	(70)	-	(70)

13 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia e suas controladas com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	433.766	106	433.744	-
Partes relacionadas - outros créditos				
Outros créditos a receber com partes relacionadas	41	106	19	-
Créditos a integralizar com acionistas (b)	433.725	-	433.725	-
Passivo	-	54	-	46
Partes relacionadas – outras contas a pagar				
Outras contas a pagar com partes relacionadas	-	54	-	46
Resultado	(1.926)	(466)	(70)	(417)
Despesas gerais ou administrativas				
Serviços - pessoa jurídica (a)	(1.926)	-	(70)	-
Compartilhamento de despesas (a)	-	(466)	-	(417)

- (a) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas possuem contrato de prestação de serviços firmado com a CDV Holding S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos. Até 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas possuíam contrato de compartilhamento de despesas com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A e, decorrente da alteração na estrutura societária do Grupo Casa dos Ventos, houve a rescisão deste, sendo celebrado o contrato de prestação de serviços junto a CDV Holding S.A para o ano de 2023.
- (b) Em 05 de maio de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 566.725, o qual foi parcialmente integralizado, restando o montante de R\$ 433.725 a ser integralizado mediante constituição de créditos com acionistas (nota 9).

A Companhia é controlada em conjunto pela CDV Holding S.A. e Arcelormittal Brasil S.A.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 05 de maio de 2023, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

14 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Consolidado				Controladora			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	263	263	351	351	6	6	131	131
Aplicações financeiras	12.452	12.452	-	-	12.452	12.452	-	-
Partes relacionadas - outros créditos	433.766	433.766	106	106	433.744	433.744	-	-
Fornecedores	(31.857)	(31.857)	(278)	(278)	-	-	-	-
Partes relacionadas – outras contas a pagar	-	-	(54)	(54)	-	-	(46)	(46)
Outras contas a pagar	-	-	(8)	(8)	-	-	-	-
Obrigações com arrendamentos	(327)	(327)	-	-	-	-	-	-
Total	414.398	414.398	117	117	446.301	446.301	85	85

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia e suas controladas não apresentavam instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são avaliados ao custo amortizado.

15 Imposto de renda e contribuição social corrente (Controladora)

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2023
Imposto de renda corrente	(407)
Contribuição social corrente	<u>(155)</u>
Total	(562)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(140)</u>
Alíquotas nominais	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	<u>(48)</u>
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos	
Equivalência patrimonial	1.863
Apuração do lucro real	<u>1.723</u>
Apuração dos impostos correntes	
Imposto de renda	(407)
Contribuição social	<u>(155)</u>
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(562)</u>

16 Contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

17 Eventos subsequentes

Até a data de autorização destas demonstrações financeiras, os acionistas da Companhia realizam aportes por meio de boletim de integralização no montante total de R\$ 50.000, sendo os montantes de R\$ 22.500 integralizado pela CDV e R\$ 27.500 pela AMB.